

## A Geopolítica Do Estado e a Produção Do Espaço Na Amazônia Brasileira

### The Geopolitics Of The State And The Production Of Space In The Brazilian Amazon

Davi de Lima Bezerra<sup>1</sup>

Judite de Azevedo do Carmo<sup>2</sup>

#### RESUMO

A ocupação/produção do espaço na região amazônica se deu por meio de ações e atuações de diferentes agentes internos e externos a esse território. O Estado, o capital privado e os agentes sociais se apresentaram em diferentes momentos e sempre estiveram presentes nessa dinâmica. Compreender esse processo requer uma retomada da totalidade e das efetivas atuações socioespaciais e geopolíticas empregadas no território. Portanto, o objetivo deste trabalho se dá na apreensão da geopolítica do Estado sobre a região da Amazônia brasileira, as estratégias empregadas na produção desse espaço, logo, na organização e na reorganização dessa região, assim como na compreensão sobre os diferentes agentes sociais que estiveram envolvidas no processo. O aporte metodológico fundamentou-se na pesquisa de caráter bibliográfico, primando pela sistematização dos materiais selecionados de acordo com a contribuição à discussão em tela. O desenvolvimento do trabalho oportunizou compreender o caráter geopolítico da colonização e da produção do espaço realizado pelo Estado, uma vez que sua aplicação na região amazônica se deu por meio de finalidades e pretensões econômicas direcionadas à integração territorial da região ao restante do país. A ocupação da Amazônia tornou-se o grande desafio nacional para superar as políticas setorializadas, replanejar as ações socioespaciais para o território, a partir de estratégias efetivas que considerem essa área core como ponto crucial de desenvolvimento nacional, bem como de valorização e contemplação dos agentes sociais que estão nessa região.

**Palavras-Chave:** Produção Do Espaço; Amazônia Brasileira; Geopolítica; Agentes Sociais; Desenvolvimento Nacional.

#### ABSTRACT

The occupation/production of space in the Amazon region took place through the actions of different agents, both internal and external to this territory. In this context, the State, private capital, and social agents have presented themselves at different times and have always been present in this dynamic. Understanding this process requires a resumption of the totality and

<sup>1</sup> Mestrando em Geografia, Universidade do Estado de Mato Grosso/FACH Campus de Cáceres. [davi.bezerra@unemat.br](mailto:davi.bezerra@unemat.br) ORCID:<https://orcid.org/0000-0003-2717-1646>.

<sup>2</sup> Professora Doutora em Geografia, Universidade do Estado de Mato Grosso/FACH Campus de Cáceres/FACHLIN Campus de Sinop. [judite.carmo@unemat.br](mailto:judite.carmo@unemat.br) ORCID:<https://orcid.org/0000-0002-7810-7559>.

materializations of the socio-spatial and geopolitical actions employed in this territory. Therefore, the aim of this work is the apprehension of the geopolitics of the State over the Brazilian Amazon region, the strategies employed in the production of this space, therefore, in the organization and reorganization of this region; as well as the understanding of the different social agents who were and are present in the unfolding of this process. The methodological contribution was based on bibliographical research, with emphasis on the systematization of the materials selected according to their contribution to the discussion at hand. The development of the work provided an opportunity to understand the geopolitical character of the colonization and production of space carried out by the State, since its application in the Amazon region took place through economic purposes and pretensions aimed at the territorial integration of this region with the rest of the country. Overcoming sectorial policies, redesigning the socio-spatial actions for this territory based on effective strategies that consider this core area as a crucial point for national development, as well as valuing and contemplating the social agents that are in this region is the great national challenge.

**Keywords:** Production Of Space; Brazilian Amazon; Geopolitics; Social Agents; National Development.

## INTRODUÇÃO

Para a compreensão do espaço ora em estudo, se exige considerar a complexidade e a sua totalidade, ou seja, é necessário proceder à análise por meio de etapas, processos/movimentos passados que estão agora efetivados como objetos geográficos atuais (SANTOS, 2014). A realidade amazônica não foge a essa ideia, haja vista seu processo de colonização se fundamentou em um paradigma, de acordo com Becker (2016, p. 24), “sustentado na relação sociedade-natureza denominado economia de fronteira, em que o progresso é entendido como crescimento econômico e prosperidade infinita”.

É importante destacar que a Amazônia brasileira, sob termo Amazônia Legal, conforme Serra e Fernandes (2004) foi criada legalmente em 1953, pela Lei de nº. 1.806, de 6 de janeiro, e da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), no mesmo ano. Na ocasião, foram incorporados os estados do Pará, do Amazonas, os estados federais naquela época, Acre, Amapá, Guaporé (atual Rondônia) e Rio Branco (atual Roraima), parte dos estados de Mato Grosso, de Goiás, Tocantins e Maranhão.

Em substituição à SPVEA, foi criado em 27 de outubro de 1966, pela Lei nº. 5.173, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). A criação das agências

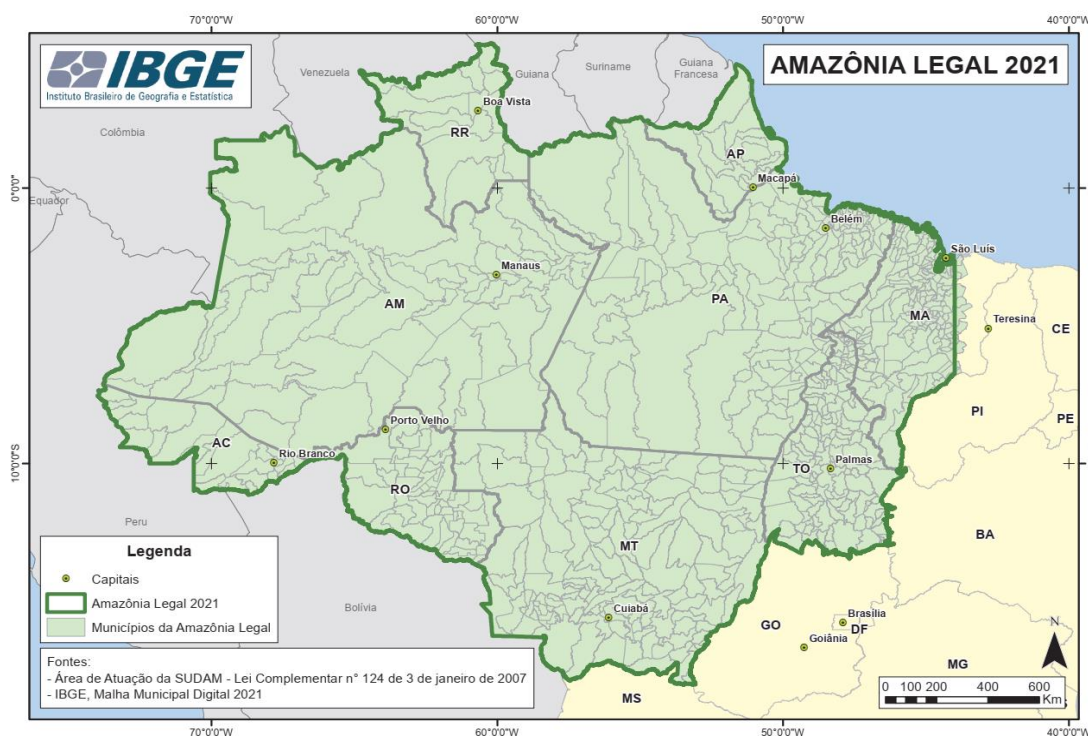
representou as investidas e as ações políticas do Estado em realizar o planejamento e promover o desenvolvimento da região (BARROZO, 2008).

O território da Amazônia Legal, sob atuação efetiva do Estado, por meio da Sudam, passou por vários reordenamentos. A partir de 3 de janeiro de 2007, a Lei Complementar nº 124 traçou nova delimitação, incluindo os estados do Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia, Roraima, Pará, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão, conforme apresentado na figura 1 (IBGE, 2021).

Figura 1. Mapa de Localização da Amazônia Legal.

Fonte: Banco de dados geográfico do IBGE (2021)

A extensão territorial da Amazônia brasileira é de 5.015.067,86 Km<sup>2</sup>, o que



corresponde 58,93% das terras brasileiras (IBGE, 2021). A região está dividida em Amazônia Ocidental (Amazonas, Rondônia, Acre, Roraima) e Amazônia Oriental (Amapá, Pará, Tocantins, Mato Grosso e parte do estado do Maranhão), como se pode ver na Figura 1.

O planejamento regional efetivo da região amazônica, organizado pelo Estado e apoiado em iniciativas devastadoras do espaço amazônico, expressa bem a força do Estado na

construção do espaço, concretizando o “espaço político do estado, seu próprio espaço”, criado para efetivar o controle territorial (BECKER, 2016, p. 26).

Assim se deu a produção do espaço pelo Estado na região amazônica, impondo-se uma malha técnica e política, composta de todos os tipos de conexões e redes, capazes de controlar fluxos e estoques e apresentando as cidades como base logística para atuação. Essas estratégias evidenciaram e evidenciam o caráter geopolítico da ocupação e da colonização da região amazônica realizada pelo governo, que tinha uma finalidade econômica por trás da integração territorial nacional (BECKER, 2012; 2016).

O presente ensaio tem como pretensão analisar as ações geopolíticas do Estado sobre o território da Amazônia brasileira, de modo a compreender as estratégias empregadas na produção do espaço e, portanto, na organização e reorganização dessa região, assim como compreender quais os diferentes agentes sociais que participam do processo e contribuíram e continuam a contribuir para a produção e reprodução desse espaço.

A categoria utilizada no estudo é o espaço geográfico, compreendendo como o *locus* de reprodução ampliada das relações de produção e de dominação, o que faz desse, assim como alude Becker (2012), o espaço do poder, onde as forças dominantes tendem a utilizá-lo para massificação dos seus modelos de produção e reprodução, bem como controle social. De acordo com Becker (2012, p. 117), “o modo pelo qual o espaço é apropriado e gerido e o conhecimento desse processo constituem, ao mesmo tempo, expressão e condição das relações de poder.”

Na perspectiva da análise entre espaço e poder na região amazônica, retoma-se a geopolítica, que trata diretamente dessa questão dialética, bem como torna evidente um campo social de forças antagônicas, o espaço em suas várias facetas (BAMPI e SILVA, 2020). De acordo com os autores supracitados, a relação espaço e poder ocorre sobre a produção do espaço na região amazônica, uma vez que, diferentes agentes, atuaram e atuam sobre essa realidade, onde “a fronteira foi o recurso geopolítico – ideológico e narrativo de integração econômica do país” (BAMPI e SILVA, 2020, p. 4).

O estudo em torno do processo de produção do espaço na região amazônica e a sua relação com as forças de poder atuantes revelam as tensões que se aplicam sobre o território, as quais estabelecem relações de dominação e, portanto, as conflitualidades e as dualidades. O espaço amazônico sempre esteve imbricado nesse processo. Para compreender essa ocupação, é necessário fazer uma análise da geopolítica empregada pelo Estado na produção do espaço e sua organização e reorganização, bem como as relações e ações dos diferentes agentes produtores do espaço da região.

## **METODOLOGIA**

O presente ensaio fundamentou-se na pesquisa de caráter bibliográfico, por meio da leitura de trabalhos científicos outrora desenvolvidos e publicados, tais como: artigos, dissertações, teses, ensaios científicos, livros, jornais e *sites* com conteúdos relacionados ao tema. A pesquisa, nessa premissa, fundamenta-se de acordo com o que aludem Lakatos e Marconi (2017, p. 92): “[...] um apanhando geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema.”

Diante disso, com o objetivo da organização do material pesquisado, realizou-se a observação sistemática dos materiais/documentos/trabalhos selecionados durante a pesquisa. A seleção do material consistiu na análise detalhada dos materiais, a fim de organizar os dados de acordo com a proposta.

No intuito de promover a organização sistemática das fontes da pesquisa, realizou-se a codificação dos materiais para identificar os que estavam relacionados e tabulá-los seguindo suas categorias/temáticas e relevância para o temário em tela.

O levantamento e a sistematização dos dados/fontes da pesquisa permitiram a organização, o agrupamento e a seleção dos materiais pesquisados que apresentaram relação e pertinência à proposta, bem como aplicações para a pesquisa, tornando-se, assim, salutar para o estudo e o desenvolvimento do tema.

Após a sistematização das fontes, procedeu-se à leitura e fichamento das obras, de modo a selecionar as teorias e informações que pudessem ser utilizadas para fundamentar a reflexão proposta neste texto.

## **GEPOLÍTICA E ESPAÇO GEOGRÁFICO: UMA BREVE REFLEXÃO**

O debate em torno da Geopolítica e sua conceituação retoma discussões que se fazem necessárias, uma vez que esta, por vezes foi deixada de lado nos debates geográficos e, em outros momentos foi tratada como sendo a geografia política e até o meio pelo qual torna-se possível a análise, uso e apropriação do espaço geográfico concreto, caindo tanto em um determinismo geográfico, como também econômico.

Não se pretende aqui desmerecer as demais formas de análise do espaço geográfico constituído por múltiplas relações que determinam ou são determinadas na e a partir da sociedade, mas, sobretudo, levantar a discussão em torno da Geopolítica e da possibilidade de sua conceituação para compreensão do seu desenrolar na sociedade em movimento.

De acordo com Bampi e Silva (2020, p. 2), “tanto a geografia política quanto a geopolítica fundamentam-se no uso político do território e do exercício do poder.” O fato de apoiar-se na relação entre território e poder trouxe à geopolítica uma conceituação básica de uma geografia do Estado, uma vez que seria a base para formulação das estratégias de uso e controle do território/nação e de suas influências nacionais e internacionais.

Tal proposição remete ao conceito que outrora foi apresentada por Baracuhy (2021, p. 17): “como a geopolítica se encontra na interseção entre espaço (“geo”) e poder (“política”), o peso relativo de cada uma dessas duas variáveis explicativas sempre foi questão controversa.” Dessa forma, percebe-se que a interação espaço-poder estão bem imbricadas na análise geopolítica. Essa interação pode se dar na esfera internacional e, assim, a geopolítica torna-se a compreensão das práticas políticas internacionais, o que requer a formulação de estratégias nacionais de defesa e projeção no cenário político em suas diferentes escalas espaciais.

Segundo Miyamoto (1995, p 12), “a geopolítica tem por fim precípua auxiliar a formulação da política estratégica nacional.” Dessa forma, compreende-se que, além de

possibilitar entender/estudar as práticas políticas no cenário internacional, a geopolítica, quando aplicada sem suas amarras aos determinismos de outrora, possibilita a formulação de estratégias políticas territoriais que transformam o espaço e o fortifica diante do contexto interno e externo.

De acordo com Baracuhy (2021, p. 24), “a geopolítica nasceu da necessidade prática: sistematizar e visualizar a realidade internacional, para informar o pensamento grande – estratégico e orientar a ação política exterior.”

Nesse mesmo viés, não cabe só retomar a formulação de estratégias políticas, mas, sobretudo, a compreensão da organização e da reorganização dos territórios/nações, as políticas internas e as formas de atuação do Estado, tanto em cenário local, regional, nacional e/ou global. É nesse contexto que corroboram Bampi e Silva (2020, p. 2), “a geopolítica situa-se no campo das estratégias simultâneas de afirmação interna do território nacional e das relações externas com outros países e continentes.”

A compreensão da geopolítica como campo de estudos e proposição das estratégias de afirmação interna do território e das relações externas com demais espaços, remete à relação entre espaço e poder que, de acordo com Becker (2012, p. 117), “o modo pelo qual o espaço é apropriado e gerido e o conhecimento desse processo constituem, ao mesmo tempo, expressão e condição das relações de poder.”

De acordo com a autora, analisar a relação entre espaço e poder possibilita compreender a dimensão política do espaço, assim como tal pretensão requer o entendimento de que o Estado-Nação não é a unidade exclusiva do poder, seja mundial, nacional, regional ou local.

Para a análise da real dimensão do poder e, sobretudo, da dimensão espacial, deve-se levar em conta que o território e o poder político estão inseridos no contexto da globalização, a qual é orquestrada por forças mundiais, com suas influências e mecanismos de poder econômico e tecnológico, por meio de corporações, sistemas financeiros, forças políticas, nações desenvolvidas, organizações não governamentais (ONGs) e os agentes sociais organizados.

A afirmação acima vai ao encontro do que defende Arendt (1985, p. 24), ao esclarecer que o poder não é propriedade de um indivíduo, “pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto ele estiver unido”. O indivíduo só estará investido de poder quando “um certo número de pessoas” o autoriza a atuar em seu nome, sem um povo e sem um grupo, o poder perde o seu sentido e se extingue.

Refletindo sobre Estado e poder, Becker faz a seguinte consideração:

Certamente o Estado não é a única unidade de poder, embora seja uma delas. E, certamente, o poder não é determinado pela configuração das terras e mares e pela geografia dos lugares, e sim por motivações e decisões humanas e pelas relações sociais (BECKER, 2012, p. 119).

Para corroborar a compreensão sobre a conceituação de poder, a autora especifica que:

Relação social difusa, teia presente na sociedade inteira e no espaço inteiro, o poder deriva de múltiplas fontes, e o espaço tem, sem dúvida, uma potencialidade política e social que cumpre ser resgatada. O espaço sempre foi fonte de recursos e meio de vida. Contemporaneamente, sua potencialidade reside, também, no fato de ser condição para a reprodução generalizada – como dimensão concreta, constituinte das relações sociais; ele é produtor e reproduzidor das relações de produção e da dominação (BECKER, 2012, p. 120).

De acordo com a autora, o espaço produtor e reproduzidor das relações de produção e de dominação, por ser constituinte e constituído a partir das relações sociais, conclui-se que “cada vez mais o espaço é utilizado como forma de alternativa de controle social” (BECKER, 2012, p. 117).

Ainda no direcionamento do entendimento da relação espaço e poder, busca-se em Lefebvre o argumento de que o espaço não é só um instrumento político ou um campo de atuação de grupos e indivíduos, ele é isso e mais, é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção.

Nesse sentido, o espaço é o *locus* da reprodução ampliada das relações de produção e de dominação, logo, torna-se o espaço do poder, onde as forças dominantes tendem a utilizá-lo para massificação dos seus modelos de produção e reprodução, bem como controle social.



Deve-se lembrar que, em meio a essa mescla de interesses mútuos, por vezes conflitantes, é que surge o espaço produzido pelo Estado, seu próprio espaço, conforme afirma Becker:

[...] O espaço produzido e gerido pelo Estado é um espaço racional. É um espaço social, no sentido de que é o conjunto de ligações, conexões, comunicações, redes e circuitos. É também um espaço político, com características próprias e metas específicas (BECKER, 2012, p. 123).

Corrêa (2012) é categórico ao afirmar que, “no processo de valorização produtiva do espaço, é necessário que se viabilize a reprodução das condições de produção. Isso implica em práticas espacialmente localizadas, via de regra efetivadas pelo Estado” e também “pelas grandes e complexas incorporações”.

Nesse contexto, o Estado como produtor do espaço, tende a constituir uma malha de duplo controle, que é tanto técnico, quando leva a esse território suas estruturas e infraestruturas, como política, quando impõe sobre seu modelo de organização e reorganização. Todos esses fatores são alicerçados pela lógica do capital, de modo a ampliar o espaço e suas pretensões, cujos objetivos são o controle territorial e a sua dominação, restando à sociedade a fragmentação do espaço e, por conseguintes, a geração de conflitos.

Essa relação entre espaço e poder retoma o estudo da geopolítica, que trata diretamente dessa questão dialética, bem como torna evidente um campo social de forças antagônicas (BAMPI e SILVA, 2020). De acordo com os autores, esse processo vai se dar sobre a produção do espaço na região amazônica, uma vez que diferentes agentes do processo atuaram e atuam sobre essa realidade, onde “a fronteira foi o recurso geopolítico – ideológico e narrativo de integração econômica do país” (BAMPI e SILVA, 2020, p. 4).

Avançar sobre a fronteira amazônica, tida como “vazio demográfico”, tornou-se estratégia do Estado para desenvolver sua política de integração nacional que tinha por narrativa “integrar para não entregar” (BAMPI e SILVA, 2020, p. 7).

A integração do espaço amazônico é evidenciada por Silva (1981 *apud* BAMPI e SILVA, 2020, p. 7) como “[...] parte da Doutrina de Segurança Nacional, em que o nacionalismo

etnocêntrico deve inspirar, motivar, permear toda formulação geopolítica.” Esse processo, de acordo com os autores, tem suas pretensões e objetivação no fato de a:

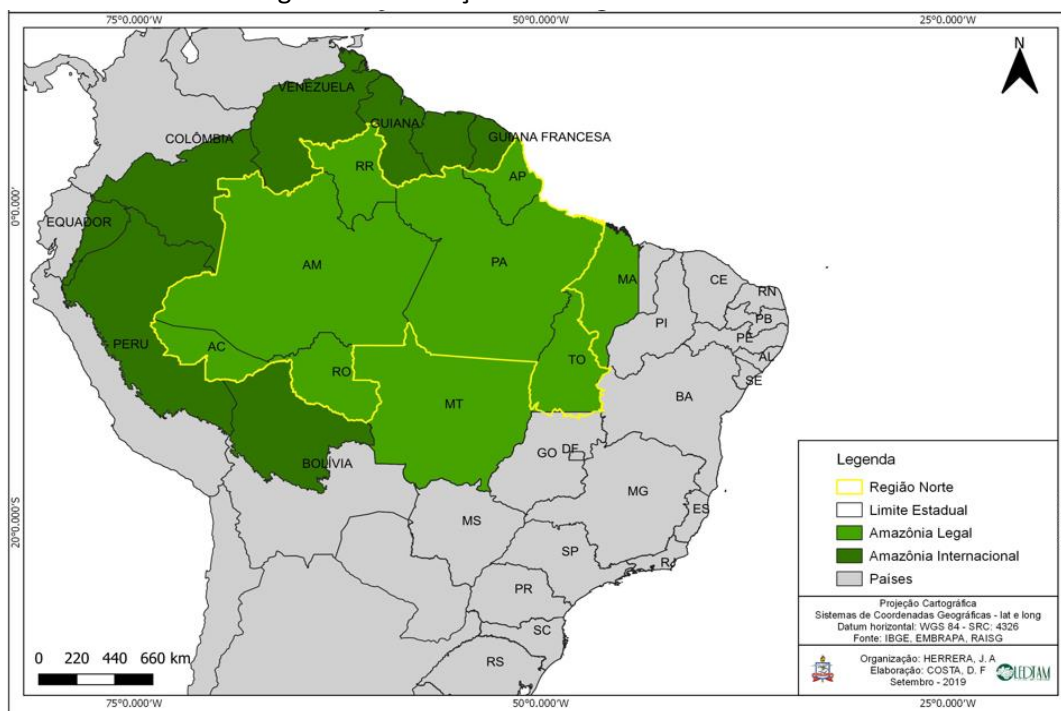
Amazônia ser não apenas área de cobiça internacional, mas também de recurso político – ideológico – narrativo de legitimação do nacionalismo, do ideário de integração produtiva da região na divisão internacional do trabalho e do debate em torno do desenvolvimento sustentável do bioma e da problemática climática do planeta (BAMPI e SILVA, 2020, p. 3).

Dessa forma, o espaço amazônico não é só uma área de integração nacional, mas, sobretudo, de integração regional na América do Sul, por ser área de fronteira entre outros Estados-Nações e o Brasil, países esses que estão no território da Amazônia Internacional<sup>3</sup>, como pode ser visto na Figura 2.

---

<sup>3</sup> Amazônia Internacional - Engloba nove países: Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname. Isso equivale a 7 milhões de quilômetros quadrados da América do Sul. Mais de 60% dessa área está no Brasil. Disponível em: <https://portalamazonia.com/estados/amazonia-internacional/entenda-a-diferenca-entre-amazonia-legal-internacional-e-regiao-norte>. Acesso em: 15 de ago. de 2022.

Figura 2. Localização da Amazônia Internacional



Fonte: LEDTAM/UFPA, 2020.<sup>4</sup>

Dessa forma, dada a sua dimensão e a posição, é crucial pensar o território amazônico como uma área core, que possibilita a estratégia de projeção internacional, uma vez que liga os países da região ao Atlântico, contato esse direto por meio do território brasileiro, conforme se vê na figura 2. Também é um espaço que possui condições para o desenvolvimento e a inserção na divisão regional e internacional do trabalho, não só como um fornecedor de matérias primas e produtos primários, como outrora já considerado, mas como detentor de meios e possibilidades para criação de um vetor de desenvolvimento tecnológico-científico e sustentável (BECKER, 2006).

Tal processo não se faz sem a sociedade organizada, considerando todas as classes e grupos sociais que habitam nessa região, assim como torna-se necessário superar as políticas e modelos de produção do espaço que já foram aplicados, porém que não apresentaram

<sup>4</sup> LEDTAM, Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais da Amazônia. **Localização da Amazônia Legal e Internacional**. UFPA: Altamira, 2020. Disponível em: <https://ledtam.ufpa.br/index.php/pt-br/localizacao-em-geral/13-localizacao-em-geral/detail/48-localizacao-de-territorios-em-geral>. Acesso em: 17 de set. 2022.

efetividade socioespacial ao conjunto da sociedade, mas, sobretudo, mostraram-se direcionados a um grupo particular com pretensões e finalidades próprias a esse espaço.

## **GEPOLÍTICA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AMAZÔNICO BRASILEIRO**

A busca pela compreensão das dinâmicas de ocupação e organização do espaço amazônico exigem, sobretudo, uma abordagem das temporalidades desse processo, assim como dos diferentes agentes que participaram e ainda participam nessa realidade.

Santos (2001) considera que os novos espaços de ocupação são novos *fronts*, que já nascem tecnificados, cientificizados, informalizados. Ressalta ainda que é o processo de modernização que explica a fronteira agrícola, e não o contrário. Essa modernização significa, além de outros fatores, a introdução maciça de maquinários e produtos químicos de empresas como a Ford, Massey Fergusson, Shell, Ciba-Geigy, Bayer, Dow-Chemical, Agrocere e Cargill, dentre outras.

As frentes pioneiras no Brasil associam-se para a ocupação da região Centro-Oeste e da Amazônia, com o moderno uso intensivo do território. As terras dessas regiões são adaptadas para o desenvolvimento de uma agricultura cientificizada, em detrimento de outro modelo de produção. Esse modo de produção exige acréscimos técnicos, sementes, insumos ao solo e dinheiro para responder às demandas do capital orgânico; além disso, há o crédito agrícola, que se restringe aos atores hegemônicos (SANTOS, 2001). Evidencia-se, assim, a subordinação do território às logicas capitalistas globais, com a participação ativa do Estado.

O principal agente produtor do espaço que sempre esteve presente no processo de ocupação e de organização do espaço amazônico foi e é o Estado. De acordo com Becker (2016, p. 25), “a partir do século XX, acelerou-se sobremaneira o avanço sobre a Amazônia, marcado pelo planejamento governamental, com a formação do moderno aparelho de Estado e sua crescente intervenção na economia e no território.”

Sobre a ocupação da Amazônia, Peripolli (2008) assevera que a expansão do capitalismo sobre a região, tida como fronteira agrícola, se efetivou especialmente por meio de inúmeros programas de colonização executados pelos governos militares, em consonância

com um projeto maior de modernização do campo. Para atingir tais objetivos, estabeleceu-se a união entre Estado e o capital, este representado por grandes grupos econômicos, nacionais e internacionais.

Garantir o controle sobre o território amazônico tornou-se uma questão de prioridade. Vários interesses estavam imbricados nesse objetivo, entre eles, como revela Becker (2016, p. 26), “as possibilidades de resoluções de tensões sociais internas decorrentes da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e Sudeste pela modernização da agricultura nestas regiões”. Outro argumento citado por Pasuch (2012, p. 32), foi a de que houve, nessa ação, uma tentativa de evitar “o desenvolvimento de focos revolucionários na região.”

A ideia de integração da Amazônia ao restante do país tornou-se o discurso do governo. Como justificativa, esse território é descrito como um “vazio demográfico”, e virou, assim, um lema para impulsionar o processo de devassamento amazônico (GONÇALVES, 2015). Cabe reforçar que a ideia de que a região seria um “vazio demográfico” não considerou as populações tradicionais originárias e os grupos sociais que chegaram ali, durante o ciclo da borracha e re-existiam nesse espaço, grupos que foram massivamente desconsiderados nos processos de ocupação direcionados pelo Estado e pelo capital privado (GUIMARÃES NETO, 2002).

Com as pretensões de ocupação da região e com a finalidade de fazer convergir as fronteiras econômicas e políticas nesse espaço, visto como estratégico para as pretensões do Estado, muitas ações foram tomadas, tais como descreve Becker:

Em termos recentes registre-se a intensa urbanização regional desencadeada pela geopolítica do governo militar visando um novo projeto para região: o Plano de Integração Nacional, concebido na década de 1960 e implantado como Programa de Integração Nacional em 1970 pelo decreto-lei nº 1.106. Visando ocupar definitivamente a Amazônia, o governo favoreceu a expansão da fronteira agropecuária iniciada no Sudeste, e teve na implantação de núcleos urbanos uma estratégia explícita (BECKER, 2013, p. 33).

Um conjunto de leis foi criado durante a década 1960 a 1970, as quais formaram a conhecida “Operação Amazônia”, responsável por intensificar o fluxo populacional em direção

à região Norte e Centro-Oeste; para tanto, foram oferecidos incentivos fiscais pelo governo, para intensificar o processo de ocupação (BONINI et al, 2013).

Ressalta-se que, nesse período, foi criado o Banco da Amazônia S/A (BASA) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), assim como do Programa de Integração Nacional (PIN), que pretendiam realizar a ocupação da região por meio do deslocamento de migrantes, especialmente nordestinos, para uma faixa de terra de 10 quilômetros à margem das principais rodovias. Em 1971, com a criação do Programa de Redistribuição de Terras – PROTERRA, essa faixa de terra foi estendida para 100 quilômetros em torno das rodovias, tais como Transamazônica (BR-230) e a Cuiabá-Santarém (BR-163) (SIQUEIRA, 2002).

Essas ações do Estado, que fomentaram a explosão demográfica e a expansão da fronteira agrícola, evidenciam suas pretensões e a geopolítica empregada para controle do território (BECKER, 2016).

O espaço amazônico passou por fortes transformações a partir da atuação do Estado. Como exemplo de tais ações, podemos citar “A Marcha para Oeste, lançada oficialmente em 1938, com a proposta de colonizar as terras do Centro-Oeste até a Amazônia” (CALONGA, 2015, p. 127).

Destaca-se ainda a criação da Fundação Brasil Central, em 1944, a criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1946, que são ações do Estado sobre o espaço amazônico para incidir sobre a região, revelando as pretensões de ligar o Planalto Central à Amazônia, ou seja, a fronteira tecno-política à fronteira agrícola-florestal-mineral (BECKER, 2016). A mesma autora, destaca que essas ações, apesar de demonstrar as pretensões do governo sobre a região, revelam mais as preocupações regionais sem efetividade correspondente.

Considerando o Estado como um agente produtor do espaço, Becker (2016, p. 27), relata sobre a criação da “malha de controle do território” na região, ou seja, das “redes de circulação rodoviária, telecomunicações urbanas e outras”, que passaram a fortificar a ocupação e controle da região.

A partir de 1960, as ações sobre esse espaço começam a ser mais intensas, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em substituição a SPVEA e da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), assim como a construção das rodovias. Enfim, foram criadas ações que apresentaram o caráter geopolítico da produção do espaço na região amazônica, onde o Estado materializa sua objetivação econômica buscando a reprodução das práticas e modelos capitalista no território (BECKER, 2016).

Ao tratar sobre o processo e as estratégias do Estado para efetivar a integração do espaço amazônico ao restante do país, Siqueira reforça que:

A integração amazônica foi continuada com o lançamento do PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste, em 1971, e pelo II PIN – Plano Nacional de Desenvolvimento, no ano de 1974. Com eles, o número de rodovias aumentou de 2 para 6: BR-070, BR-163, BR-262, BR-364, BR-376 e BR-463, as quais interligaram Mato Grosso às principais capitais (SIQUEIRA, 2002, p. 234).

Nesse contexto, a criação das rodovias como a Belém-Brasília (BR 153) e da Cuiabá-Porto Velho (BR-364), possibilitaram uma conexão direta da região Norte ao Centro-Oeste e essas ao Sul e Sudeste do país; a rodovia Transamazônica (BR-230), ligando as regiões Nordeste ao Norte e da Cuiabá-Santarém (BR 163), ligando o Norte ao Centro-Oeste e esses ao Sul do país. Esses eixos de integração territorial se aplicaram como medidas para o desenvolvimento e o planejamento regional, recebendo grandes investimentos por parte do governo nacional. Cabe salientar que as rodovias impulsionaram o escoamento de produtos/mercadorias e infraestruturas, assim como o deslocamento de migrantes em direção a Amazônia (BARROZO, 2008).

O avanço das ações do Estado sobre a região amazônica gerou condições para a expansão das forças capitalistas nesse espaço. Bampi e Silva (2021, p. 8), explicam que a criação do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA, na década de 70, possibilitou o “avanço da fronteira agrícola-urbano-industrial-mineral-financeira nos lugares considerados Sertões.”

Essas estratégias demonstram o caráter geopolítico da ocupação e a colonização da região amazônica realizada pelo governo, que tinha mais uma finalidade econômica por meio da integração territorial nacional a partir dessa região (BECKER, 2012; 2016).

Os eixos de integração regional não só visavam a integração e conexões internas, mas, sobretudo, as conexões externas e a manutenção da fronteira brasileira, uma vez que, interligando a região de principal desenvolvimento brasileiro – região Sul e Sudeste, à região amazônica, possibilitava o avanço da fronteira científica e tecnológica, bem como a interligação territorial Leste-Oeste, uma possibilidade de conexão do Atlântico ao interior do continente e ao mesmo tempo firmar presença com os países que fazem fronteira com a região amazônica brasileira (BECKER, 2012).

O processo de integração e organização do espaço amazônico brasileiro, de acordo com Becker (2012), mediado pelo avanço das fronteiras tecnológicas, que resultaria da expansão econômica e política, possibilitariam uma afirmação do Brasil como uma potência regional na América do Sul, e isso não só pelo grande potencial desse espaço – área core e do seu destaque continental, mas, sobretudo, pela influência e pela integração regional que o país passaria a dispor em relação aos demais países na área de fronteira e além dela.

Uma ação que demonstra a geopolítica empregada no controle e na produção do espaço amazônico com projeções internas e externas ao território é o Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em 1978, buscando reforçar a soberania territorial brasileira, assim como estabelecer formas de ocupações produtivas da Amazônia sul-americana (BAMPI e SILVA, 2020).

Ao abordarem o modelo de ocupação e produção do espaço empregado pelo Estado na região amazônica, Bampi e Silva, apresentam o seguinte:

Em resumo, o planejamento territorial (Plano de Metas, Plano Nacionais de Desenvolvimento e Plano Plurianual de Investimento), a materialização da ocupação e transformação do uso da terra via colonização da Amazônia Legal,



o avanço da fronteira agrícola capitalista (na figura da agricultura empresarial, hoje denominada agronegócio), a constituição de uma malha técnica logística, a implantação dos polos industriais e minerais, dentre outras estratégias, alteraram a configuração socioespacial brasileira. A extensão da rede técnico-urbana da *core área* do país rompeu barreiras físico geográficas e sociais de mercados regionais amazônicos e de territorialidades reativas ao domínio do capital, assim como deixou imenso passivo socioambiental irrecuperável (BAMPI e Silva, 2020, p. 9).

Diante do exposto, percebe-se que a geopolítica do Estado para ocupação e produção do espaço amazônico, sobretudo, no regime militar (1964–1985), almejavam a integração do território nacional com finalidades econômicas para a região. A malha técnica e política desenvolvida na região se deu sobre uma malha social (BECKER, 2012). As ações do Estado que foram programadas, setORIZADAS e pontuais não só fragmentaram o espaço, como em muitos casos deixaram de fora os grupos sociais existentes na região.

As leituras empreendidas levam ao entendimento de que as ações do Estado na produção do espaço amazônico evidenciaram não só o uso como mecanismo de controle social, mas também como uma frente de expansão da fronteira capitalista na região. De certo que as ações direcionadas, em momentos distintos, possibilitaram a manutenção da área de fronteira e a organização territorial, mas em grande parte, tal modelo massificou o processo de produção das forças capitalistas e ampliou esse modelo, bem como deixou de fora boa parcela da população da região.

Tanto no contexto do regime militar, como dos governos posteriores, a política de caráter liberal e posteriormente neoliberal estiveram presentes na produção do espaço amazônico, oportunizando a propagação das forças capitalistas, massificação do seu modelo de produção e transformando a região em um espaço de expropriação e conflitos, características essas do modelo capitalista vigente e uma forte evidência para o grande desafio que a região enfrenta para um replanejamento das ações a fim de possibilitar uma integração socioespacial efetiva e o desenvolvimento sustentável e pontual dessa região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões levantadas, percebe-se que a Amazônia é uma área core na América do Sul. Na realidade brasileira, tornou-se um ponto estratégico para projeção do país tanto regionalmente, como em cenário político internacional. Isso devido ao fato de esse espaço ser tanto uma fronteira territorial como econômica, que possibilita a integração sul-americana, mas, sobretudo, o desenvolvimento de um vetor técnico-científico e sustentável na região (BECKER, 2012; 2016).

As ações do Estado na produção do espaço amazônico evidenciaram não só o uso como mecanismo de controle social, mas também como uma frente de expansão da fronteira capitalista na região. De certo que as ações direcionadas, em momentos oportunos, possibilitaram a manutenção da área de fronteira e organização territorial, mas, em grande parte, tal modelo massificou o processo de produção das forças capitalistas e ampliou esse modelo, bem como deixou de fora boa parcela da população da região.

No sistema capitalista mundializado, a apropriação do espaço pelas corporações transnacionais, os sistemas financeiros e os agentes capitalistas variados tiveram, com o apoio do Estado, sua ampliação no espaço amazônico. A visão da Amazônia como uma fronteira de riquezas infinitas, onde o uso e apropriação se fazem de forma predatórios, com interesses capitalistas e por agentes variados, tem tornado esse espaço em uma área de conflitos e disputas.

Pensar esse espaço como uma área core, que por meio do avanço da fronteira tecnológica e tecno-ecológica possibilita a inserção da região na divisão regional do trabalho e integração territorial consolidada entre o território nacional e internacional, será o desafio do Brasil, que pretende o alcance de um desenvolvimento sustentável, portanto, não poderá deixar desassistidos os povos tradicionais e as populações locais, assim como deverá oportunizar o desenvolvimento com valorização do espaço e da região e a projeção do país como potência sul-americana.

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **Da violência**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

BAMPI, A. C.; SILVA, C. A. F. Geopolítica e antigeopolítica na Amazônia no neoliberalismo. **Ciência Geográfica**, Bauru, n. XXIV, vol. XXIV – (3), jan./dez., 2020, p. 1478-1505. Disponível em:

[https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV\\_3/agb\\_xxiv\\_3\\_web/agb\\_xxiv\\_3-29.pdf](https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV_3/agb_xxiv_3_web/agb_xxiv_3-29.pdf). Acesso em: 25 de jul. 2022.

BARACUHY, B. **Os fundamentos da geopolítica clássica**: Mahan, Mackinder, Spykman. Brasília, DF: FUNAG, 2021.

BARROZO, J. C. Políticas de Colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o Centro-Oeste. In: BARROZO, J. C. **Mato Grosso: do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

BECKER, B. K. A geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Espaço Aberto**. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ. v. 2, n. 1, jun. 2012, p. 117-150. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2079>. Acesso em: 25 de jul. 2022.

BECKER, B. K. **A Urbe Amazônica**: a floresta e a cidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BONINI, I.; PESSOA, M. J. G.; SEABRA JUNIOR, S. Faces da produção agrícola na Amazônia mato-grossense: tipos de exploração, origem dos agricultores e impactos na conservação ambiental em Alta Floresta (MT). **Novos Cadernos NAEA**, v. 16, n. 1, jun. 2013, p. 173-190. Disponível em: <file:///C:/Users/davil/Downloads/975-5678-2-PB.pdf>. Acesso em: 5 de ago. 2022.

CALONGA, M. D. A Marcha para Oeste e os intelectuais em Mato Grosso: política e identidade. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14, n. 168, maio. 2015, p. 126-132. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/2648>. Acesso em: 5 de ago. 2022.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e temas**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 15-47.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia e Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

GUIMARÃES NETO, R. B. **A lenda do ouro verde**: política de colonização no Brasil contemporâneo. Cuiabá: UNICEN, 2002.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Amazônia Legal**. Banco de dados geográficos de 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15819-amazonia-legal.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 17 de set. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa da Amazônia Legal - 2021**. Banco de dados geográficos de 2021. Disponível em: [https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao\\_do\\_territorio/estrutura\\_territorial/amazonia\\_legal/2021/Mapa\\_da\\_Amazonia\\_Legal\\_2021.pdf](https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/amazonia_legal/2021/Mapa_da_Amazonia_Legal_2021.pdf). Acesso em: 17 de set. 2022.

LEFEBVRE, H. **La Production de L'Espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LEDTAM, Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais da Amazônia. **Localização da Amazônia Legal e Internacional**. UFPA: Altamira, 2020. Disponível em: <https://ledtam.ufpa.br/index.php/pt-br/localizacao-em-geral/13-localizacao-em-geral/detail/48-localizacao-de-territorios-em-geral>. Acesso em: 17 de set. 2022.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. (Atualização de João Bosco Medeiros).

MIYAMOTO, S. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

PASUCH, M. C. M. **A pedagogia política dos Guardiões da Cidadania**. Cuiabá: EdUFMT, 2012.

PERIPOLLI, J. O. **Expansão do capitalismo na Amazônia Norte Mato-Grossense** (A mercantilização da terra e da escola). 2008. Tese (Doutorado em Educação). UFRGS, Porto Alegre, 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. 2. ed. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 8. reimpr. São Paulo, 2014.

SERRA, M. A.; FERNÁNDEZ, R. G. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 13, n. 2, 2004, p. 107-131. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643046>. Acesso em: 2 fev. 2022.

SIQUEIRA, E. M. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. 1. ed. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.